



O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL E A POLÍTICA DE ENUNCIÇÃO SOCIAL DAS HOMOSSEXUALIDADES: UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA

Sérgio Lima dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos dos estudos culturais e pós-estruturalistas, as questões socioculturais, políticas e ideológicas que orientaram o processo de formação do movimento homossexual no Brasil e suas políticas identitárias. Os resultados da pesquisa evidenciam que o potencial subjetivo de enunciação social das homossexualidades produz visibilidade e reconhecimento, criando consensos democratizadores, além de conquistas no campo jurídico e sociopolítico. Entretanto, constata-se também que a reclamação por reconhecimento que se vale de uma identidade claramente formulada pode transformar-se em dispositivos de regulação, introduzindo no interior do próprio movimento discursos e práticas essencializadores e de enquadramentos identitários.

Palavras-chave: Movimento homossexual - Brasil. Políticas identitárias. Enunciação social. Homossexualidades.

1. Introdução

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, e, sobretudo, com a derrocada do Estado Novo (1945), o Brasil vivenciou entre os anos de 1945-1964 um processo de redemocratização, também conhecido como a era do populismo e nacional-desenvolvimentismo. Esse período é marcado por várias transformações no campo cultural e sociopolítico, mas, principalmente, pela insurgência de várias mobilizações estudantis e populares que buscavam maior participação nos campos políticos e socioculturais, assim como a consolidação da liberdade no país e a garantia de uma sociedade “verdadeiramente democrática” (GOHN, 2003; SOARES DO BEM, 2006).

Associada a essa realidade, o país já apropriava algumas ideias do “*movimento contracultura*”, que desenvolvia um conjunto de ações políticas nos Estados Unidos e na Europa na década de 60, com o objetivo de se opor radicalmente à lógica comportamental imposta pela tradicional sociedade burguesa ocidental, principalmente no tocante aos discursos em torno do que era considerado como sendo um “estilo de vida normal” (PEREIRA, 1983).

¹ Mestre em Sociologia - Universidade Federal de Alagoas, e-mail: souslima@hotmail.com

Na esfera da sexualidade, toda essa apologia à liberdade de expressão causou alguns conflitos em relação as identidade sexuais e de gênero, que haviam sido enfatizadas, dentro do esquema binário masculino/feminino, de modo ainda mais rígido, hierárquico e hegemônico pela “lógica heteronormativa dominante” existente no Estado Novo. As mulheres, mesmo já fazendo parte da força de trabalho e pouco a pouco ocupando lugares na formação universitária, não tinham os mesmos direitos que os homens, sendo ainda coagidas pelos valores tradicionais da família patriarcal a se conservarem intactas para o casamento, o lar e os filhos, enquanto a liberdade sexual masculina insistia em ser justificada pelo discurso de uma “essência própria do homem”. Nesse caso, o orgulho em conservar a “pureza da alma feminina” começava a ser encarado como um “prejuízo do prazer sexual”, principalmente por parte das políticas feministas da “segunda onda” (LOURO, 2001).

É nesse contexto que a literatura sobre a questão assinala como sendo o demarcador temporal mais provável para se pensar o início da relação entre homossexualidade e “movimentação política” no Brasil². Assim sendo, o objetivo deste artigo, cujos resultados são de pesquisa concluída em nível de mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal de Alagoas³, é apresentar uma análise sobre as questões culturais, sociopolíticas e ideológicas que orientaram o processo de formação e organização política do movimento homossexual no Brasil, sobretudo no que diz respeito à consolidação de discursos e práticas em torno da reclamação para a enunciação pública das homossexualidades, vislumbrada enquanto um mecanismo político capaz de garantir direitos e reconhecimentos, jurídico e social, aos homossexuais, bem como a “libertação” de possíveis opressões no campo da subjetividade.

Para compreendermos as problemáticas em torno desta pesquisa, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos culturais e pós-estruturalistas, particularmente tomando como referencial: as análises desenvolvidas por Stuart Hall a respeito do conceito de “identidade”; o paradigma dos novos movimentos sociais, também conhecidos como movimentos identitários; a abordagem genealógica de Michel Foucault (1988) a respeito da noção de sexualidade e produção do sujeito moderno, além das problematizações contidas na construção teórico-política em torno do conceito

² Ver FRY; MACRAE, 1985; GREEN, 2000; TREVISAN, 2004; SIMÕES; FACCHINI, 2009.

³ Cf. SANTOS, Sérgio Lima dos. O movimento homossexual no Brasil e suas políticas identitárias: uma abordagem histórico-social. 2011. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL. 2011. Dissertação orientada pelo professor Dr. Phil. Arim Soares do Bem.

das “identidades sexuais e de gêneros”, sendo estas fundamentadas na Teoria Queer (BUTLER, 2003; BENTO, 2006; COLLING, 2007; SEDWICK, 2007; MISKOLCI, 2009).

Mesmo não tendo como proposta a constituição de uma síntese teórica, acreditamos que esses paradigmas coadunam analítica e metodologicamente para a compreensão dos processos socioculturais e ideológicos que configuram a construção e (des)-construção social das “homossexualidades”, assim como para o entendimento do “*jogo político da différance*” (HALL, 2000) inscrito no discurso teórico-prático do movimento homossexual no Brasil em busca de identidade e reconhecimento social.

2. O processo de formação do movimento homossexual no Brasil através de suas políticas identitárias

A configuração inicial do movimento homossexual no Brasil é marcada pela existência das redes de sociabilidade homoeróticas, surgidas a partir do fim da década de 50, no Rio de Janeiro e São Paulo. O objetivo era criar espaços que possibilitassem trocas de experiências relacionadas ao “estilo e comportamento gay” da época, a exemplo dos concursos de miss, shows de travestis, entre outros (FIGARI, 2007), que deveriam acontecer na casa ou apartamento de um membro da rede no mais alto sigilo, pois a perseguição policial se intensificava cada vez mais em decorrência dos primeiros passos para a formação de uma nova organização política de caráter ditatorial no país, tornando esses lugares uma espécie de “guetificação voluntária” (COSTA, 2010).

Mesmo não tendo uma finalidade propriamente de caráter político em contestação à ordem social vigente, as redes de sociabilidade sofriam constantemente a vigilância, tanto policial quanto daqueles que tomavam essas reuniões como uma afronta aos valores religiosos e a “moral social”. Os que se autodesignavam homossexuais tinham “garantida” a tolerância social desde que a visibilidade deste “estilo de vida” não fosse assumida publicamente, nem tão pouco incitasse qualquer possibilidade de desestruturação nas relações de gênero (masculino/feminino) socialmente estabelecidas a partir de uma lógica heteronormativa (FIGARI, 2007).

Nos estudos acerca das redes de sociabilidade homoeróticas⁴, percebemos que a prioridade não estava em tomá-las, em primeiro lugar, como possibilidades de maiores experiências sexuais, pois, se tais experiências ganhavam extensão, por conseguinte, o controle e a repressão seriam equivalentes. O fator primordial que sustentavam as redes

⁴ Ver FIGARI, 2007.

era o caráter “familiar alternativo” e amigável que possuíam e preservavam, em consequência da forte discriminação social contra os homossexuais na época.

Podemos dizer também que, como o clima desenvolvimentista do país em termos de investimentos no processo de industrialização e urbanização tornou as grandes cidades atrativas, alguns migrantes, além de irem à busca da “realização profissional”, objetivavam, concomitantemente, à reorganização para um estilo de vida em redes, pois estas expressavam ao mesmo tempo a possibilidade de redefinição da própria subjetividade, de reinvenção da “identidade sexual”, ou seja, como coloca ERIBON (2008, p.40), “*uma invenção, individual e coletiva, de si mesmo*”.

Tanto os grandes centros urbanos quanto as redes de sociabilidade homoeróticas, apontavam a possibilidade para a enunciação da homossexualidade aparentemente de modo mais segura, pois a exigência que tal tomada de posição fosse realizada na esfera pública ainda não era algo que fazia parte dos discursos e práticas existentes nesses espaços, ao contrário.

A significação principal encontrada nas redes por meio dos vínculos de amizades estava muito mais na descoberta e fortalecimento das “identidades sexuais tidas como semelhantes”, para a desconstrução, ao menos no campo subjetivo e ideológico, da “anormalidade” imposta nos discursos e práticas no campo objetivo, ainda que essa “normalidade” estivesse fundamentada, na época, por uma noção “idealizada” de “comportamentos e condutas específicas”, que foi assumida pelas redes por conta dos altos níveis de preconceito social.

Não é possível negar que do ponto de vista histórico, sociocultural e ideológico, as redes de sociabilidade homoeróticas passaram a representar frente à hegemonia hierárquica das sexualidades, a possibilidade de abrigo e proteção para a vivência das homossexualidades, mas, principalmente, a noção da existência de um “mundo próprio”, inscrito por gestos, comportamentos, prazeres, linguagens e outros significados que possibilitassem a concepção de um modo de vida assinalado por uma “diferença sexual” possível e/ou “imaginável” na sociedade. Entretanto, esse estilo de vida representa suas fragilidades e incompatibilidades, pois resultou de um modelo de “ser homossexual” assimilado de um ideário social machista, normativo, preconceituoso e patológico (SEDGWICK, 2007).

As experiências das redes de sociabilidade demarcam no país o momento embrionário das lutas por reconhecimento social das homossexualidades, mas não por meio da politização da sexualidade e sim pela “política da amizade”. Os conflitos que

esses indivíduos partilhavam na sociedade reverteram-se em desejos de “agregação” para a construção de espaços através dos quais o então dito “sair do armário” fosse expresso apenas no interior dos grupos, evidenciando, por um lado, o silenciamento contra os preconceitos existentes, mas ao mesmo tempo, causando algumas contradições por parte de membros do grupo, as quais levaram à formação do Jornal *O SNOB*.

De acordo com Green (2000), a publicação inicial do jornal tinha um design artesanal, com traços de modelos femininos e tornou-se um meio de comunicação para retratar o mundo das “bichas, bofes, bonecas e entendidos”. Esse perfil caracterizaria *O SNOB* numa das publicações mais controversas no tocante às questões sexuais e de gênero, tanto para os homossexuais como para aquele/as que tivessem acesso ao material. O nome escolhido para o jornal, bem como as figuras, símbolos e vocabulários, além de estarem relacionados com a “auto-representação identitária” que alguns membros das redes faziam de si mesmos, também assinalava o tom de “deboche” e “dissenso” social que desejavam demonstrar à sociedade que lhes impunha uma “identidade sexual regida pela lógica heteronormativa”.

A distinção e uso das noções de gênero (masculino e feminino) tornaram-se bastante demarcados pelos membros do grupo e organizadores do jornal, mas não como algo pejorativo, ao contrário, o “exercício da feminilidade” tornava-se sinônimo de “homossexual verdadeiro/legítimo”. As “bichas e bonecas” representavam os homossexuais “efeminados/fêmea/passivo” - *posição assumida pela maioria do grupo* -, enquanto os “bofes” não eram considerados homossexuais – *também pelo próprio grupo* -, e assumiam a postura de “machos/ativos” na relação, atitude legitimada e esperada pelos primeiros, pois, “a masculinidade era a essência de ser um bofe, enquanto a feminilidade a essência de ser uma bicha ou boneca” (GREEN, 2000, p.303).

Esta noção de macho/fêmea, passivo/ativo, bicha/bofe, constitui um binarismo identitário que naquele momento se reproduzia e efetivava na formação da “cultura homossexual brasileira”, pois em decorrência das várias mudanças sociais e da perseguição exacerbada pelo governo ditatorial da época, a quebra com o “paradigma heterossexual” pré-estabelecido pareceu exigir desses indivíduos “identidades estáveis” e essencializadas para legitimar a “diferença sexual”, ao ponto de acreditarem que tais condutas representariam, mesmo com o caráter debochativo, uma subversão da ordem social.

Entretanto, a partir do ano de 1966 outras posições começaram a ser tomadas dentro do jornal por parte de alguns membros que compunham as redes. As fofocas, a valorização da feminilidade e a expressiva distinção binária entre *macho/fêmea*, *ativo/passivo*, *bicha/bofe* começaram a perder mais espaço nas publicações e, em 1969, no último ano de lançamento do jornal, já existia uma reconfiguração do discurso a favor de uma movimentação pública da homossexualidade de modo mais politizado.

Além disso, com o início do processo da segunda redemocratização no Brasil em fins dos anos 70 e com a repercussão do movimento homossexual no mundo, uma proliferação dos espaços urbanos de sociabilidade homoerótica começou a ressurgir, possibilitando aos homossexuais maiores visibilidades sociais, as quais não existiam através das redes de sociabilidade. Isso impactou numa ressignificação das condutas e linguagens, com o objetivo de receber maior aceitação da sociedade em geral (PRADO; MACHADO, 2008).

Nos anos correspondentes a 1974 e 1975 o Brasil passa por um processo de intensificação de abertura política e, conseqüentemente, as mobilizações sociais ganharam mais energia para lutar em favor de suas respectivas necessidades. Vários movimentos que ainda assumiam uma postura mais tímida passaram a sair da clandestinidade e adentrar o espaço público, principalmente a juventude brasileira da classe média, com as mobilizações estudantis. Para os homossexuais, que antes se “comportavam sem pretensões políticas”, o ideário que se sobrepôs foi o de uma militância autônoma, sem vínculos partidários, com palavras de ordem e crítica à esquerda tradicional. Louro (2001, p. 543) salienta que em meados da década de 70:

A homossexualidade deixa de ser vista (pelo menos por alguns setores) como uma condição uniforme e universal e passa ser compreendida como atravessada por dimensões de classe, etnicidade, raça, nacionalidade etc. A ação política empreendida por militantes e apoiadores torna-se mais visível e assume um caráter libertador. Suas críticas voltam-se contra a heterossexualização da sociedade. A agenda da luta também se pluraliza: para alguns o alvo é a integração social – a integração numa sociedade múltipla, talvez andrógina e polimorfa; para outros (especialmente para as feministas lésbicas) o caminho é a separação – a construção de uma comunidade e de uma cultura próprias [...] Pouco a pouco constrói-se a ideia de uma comunidade homossexual [...] Afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual [...] Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política.

Ainda conforme Louro (2001, p. 543), “a afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la”. Assim sendo, começa a constituição de grupos de defesa aos direitos socioculturais e de afirmação homossexual. Ao mesmo tempo a imprensa alternativa voltada às questões das homossexualidades no Brasil passa a elaborar “novos discursos e posturas” com o

objetivo de positivar as significações negativizadas do “ser homossexual” produzidas pelo heterossexismo ocidental (ERIBON, 2008).

Para agregar a estes novos posicionamentos e necessidades políticas que caracterizavam este novo perfil do movimento homossexual, começa a chegar ao Brasil um grupo de jovens anistiados, os quais, em consequência do contato com as distintas inquietações políticas feministas, sexuais, étnicas e outras que circulavam no cenário internacional, principalmente nos movimentos sociais europeus e americanos, desejavam dar um novo direcionamento em relação às reivindicações em favor das homossexualidades (TREVISAN, 2004; LOURO, 2001).

Esta necessidade surgiu da não aceitação de uma vida social centrada e limitada a bares, boates, clubes, cafés, saunas específicas – o dito “*gueto guei*” -, mas, principalmente, do alto grau de clandestinidade que tanto estes espaços quanto os indivíduos em pauta eram coagidos a se submeter (FRY; MACRAE, 1985). O próprio Trevisan (2004) explica que seu cosmopolitismo, decorrente da expatriação, não permitiu um “enquadramento cultural” passivo quando do “regresso ao lar”. Diante disso, reuniu um grupo de estudantes universitários, principalmente da Universidade de São Paulo/USP, além de profissionais recém-formados, e compôs um núcleo de discussão sobre homossexualidade, na cidade de São Paulo, em 1976.

A “anormalidade” atribuída à prática da homossexualidade no Brasil, experienciada pelos próprios componentes do grupo, serviu como um demarcador identitário capaz de impulsionar uma tomada de posição mais ousada e radical em relação à luta pela transformação da vida subjugada que “sentiam” ter diante da condição de “ser homossexual”. Neste momento, o discurso torna-se um chamamento mais sério para o “sair do armário”. Para tanto, seria indispensável que os homossexuais se “assumissem”, revelando seus “segredos” e tornando pública sua “condição” sexual. Segundo Louro (2001, p. 543), a ideia era que eles deveriam “assumir esta identidade sexual com orgulho e, principalmente, representá-la positivamente”.

Com isso, em 1978, decidiram instituir o Jornal Lampião da Esquina, editado no Rio de Janeiro. O jornal foi o primeiro veículo de “comunicação de massa”, altamente especializado, de caráter puramente militante, com uma discussão aberta em relação à defesa dos direitos das “minorias”, principalmente dos homossexuais (LIMA, 2001).

Em um dos números do Lampião da Esquina, a matéria de abertura, intitulada “*Saindo do Gueto*”, trazia a seguinte afirmação: “é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do

homossexual [...] se assumir e ser aceito” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 1), demonstrando claramente as pretensões assumidas pelo corpo editorial do jornal em relação ao inconformismo contra a marginalização e inferiorização social que os homossexuais eram submetidos na época.

A política de enunciação pública das homossexualidades em prol da desconstrução do preconceito social, as denúncias de violência, bem como, a garantia de direitos jurídicos e sociopolíticos aos homossexuais, tornaram-se o foco principal das matérias e notícias produzidas no jornal *Lampião da Esquina*, que servia também como ponte para a formação de alianças com outros movimentos, como os negros, as feministas, entre outros, que lutavam em favor de direitos a partir de causas claramente específicas (HALL, 2005).

No entanto, as alianças não foram bem sucedidas em virtude da censura ainda presente no Brasil, bem como das dissidências ideológicas que se mantinham dentro do próprio grupo de editores. Alguns não aceitavam o uso dos termos pejorativos, como “bichas”, “bofes”, “viados”, etc., assumidos num determinado momento pelo jornal, pois acreditavam que tais palavras só acentuavam as discriminações. Além disso, não consideravam ser viável o uso do termo “gay”, por se tratar de uma palavra americana, “imperialista” e alheia à realidade brasileira, bem como criticavam a essencialização da “identidade homossexual”.

Por outro lado, estavam aquele(a)s que consideravam esta forma de pensar resultante de um “machismo” conservador, que só contribuía para a inércia do movimento. Defendiam que esse discurso tinha o objetivo de desviar as lutas do movimento homossexual em favor de uma “luta maior”, neste caso, a luta de classes (TREVISAN, 2004). Assim sendo, por perceber que essa configuração colocava a homossexualidade e a política das identidades sexuais proposta como meros apêndices das lutas de classes, Trevisan decidiu formar outro grupo de discussão que possibilitasse políticas e intervenções sociais mais específicas.

Esse grupo, já propositalmente autodenominado como Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais (NADH), em suas constantes reuniões semanais idealizou, projetou e instituiu o primeiro grupo de militância homossexual no Brasil, o Grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual), em 1979, São Paulo.

O SOMOS tinha um forte caráter político e isso estava diretamente relacionado à conjuntura do país na época. Alguns participantes defendiam, inclusive, a não abertura no grupo para pessoas que não fossem assumidamente homossexuais. Toda e qualquer

palavra que envolvesse tratamento às pessoas do grupo deveria estar exaurida de preconceitos. As diferenças existentes nas relações de gênero também deveriam ser extintas por completo, assim como os binarismos macho/fêmea, ativo/passivo. O lema era “aprender a ser homossexual”, ou melhor, “militante homossexual”.

Antagonicamente aos discursos “não essencialistas”, a bissexualidade passou a ser fortemente criticada, pois representava um suposto descomprometimento com a “causa” e, conseqüentemente, uma negação da “própria identidade” e dos objetivos do grupo. Em contrapartida, por vezes era tomada como viável, isso quando se pensava em transgressão da ordem, pois, o prazer estava acima de qualquer regra. Não eram admitidos comportamentos monogâmicos, possessivos e autoritários e a prática da bissexualidade contribuía para o descentramento do monismo sexual⁵.

Durante o ano de 1979 o SOMOS ganha mais visibilidade e um progressivo crescimento com a incorporação de novos integrantes, principalmente mulheres lésbicas, dando uma carga ainda mais radical no processo de politização da sexualidade, tendo em vista que a maioria vinha de uma ala radical do feminismo da época. O grupo passa a se dividir em vários subgrupos, chamados no primeiro momento de “identificação” e depois, de “reconhecimento”. Cada subgrupo tinha o objetivo de reunir-se semanalmente no “estilo confessional”, com discussões que tratassem das próprias experiências sexuais, objetivando com isso, o fortalecimento dos ideais institucionais, e, principalmente, da “identidade homossexual” de cada participante.

Nas reuniões, imperava o exclusivismo identitário existente no grupo e nos subgrupos, ou seja, a participação apenas de homossexuais era consensual. Havia uma intensificação nas oposições entre heterossexuais e homossexuais, pois acreditavam que isso possibilitaria um encontro “consigo mesmo”, sem constrangimentos e/ou opressão. Propagavam que a superação dos estigmas e das cargas negativas atribuídas à homossexualidade só poderia acontecer, caso estes sujeitos estivessem entre “iguais”. “O suposto era o de que um ambiente formado por homossexuais seria mais igualitário” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 98-99).

No começo da década de 1980, já havia outros grupos de atuação em diferentes estados e o SOMOS já estava amadurecido, trilhando outros caminhos em busca da ampliação e visibilidade do movimento no país. Neste mesmo ano, em abril, aconteceu o I encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados. Trevisan (2004) explica que o clima aparentava um “ufanismo homossexual”, em que os interesses

⁵ Ver: (TREVISAN, 2004; MACRAE, 1990; FRY, MACRAE, 1985; FIGARI, 2007).

concentravam-se muito mais em discussões, além das disputas “xenofóbicas” e provincianas entre os grupos das regiões diferentes.

Essas disputas irreconciliáveis em relação às discussões identitárias, associadas a várias rupturas e dificuldades financeiras, fizeram com que o grupo fosse encerrado, e “da militância homossexual sobraram ativistas perplexos, dentro de grupos pouco representativos, esvaziados e sem condições de reflexão ou, menos ainda, de mobilização” (TREVISAN, 2004, p. 365; FIGARI, 2007, p. 431). Nesse período, final da década de 80, o movimento homossexual no Brasil de caráter mais “revolucionário” saiu de cena, pois, “o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da “identidade homossexual unificada” que vinha se constituindo na base de tal política de identidade” (LOURO, 2001, 544 -543). Além disso, existia toda uma defesa pela não essencialização da sexualidade.

Portanto, diante do radicalismo exacerbado, não era possível estabelecer uma política consensual em respeito às “múltiplas identidades” que, nitidamente ou não para estes, já se revelavam dentro do movimento. Em decorrência de tais dissensos, nos anos finais da década de 80 as lutas e debates em busca da consolidação social desta sexualidade, bem como, do fim do preconceito existente tomou um caráter mais localizado (FACCHINI, 2002).

Já na década de 90 o movimento ganha um novo fôlego em decorrência do surgimento da AIDS. A mesma era associada diretamente a um “câncer gay”, pois suas primeiras vítimas foram identificadas como homossexuais masculinos. “A doença teve um efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores da sociedade” (LOURO, 2001, p. 545; TREVISAN, 2004; FIGARI, 2007; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Frente ao novo estigma, entram em cena outros grupos de atuação pela “causa homossexual no Brasil”, mas agora, com uma configuração política totalmente diferente das redes de sociabilidade e do movimento mais militante exercido pelos organizadores do grupo SOMOS e do Jornal Lâmpião da esquina. Não assumiam mais uma postura de revolucionários e sim, de “parceiros” do Estado na luta contra o vírus da AIDS. Os militantes homossexuais tinham um perfil mais profissionalizado, com acentuada visibilidade na mídia para promover conscientização a respeito da doença, trabalhando dentro das políticas governamentais, sobretudo na área da saúde e assim, a busca de identidade descaracterizava-se do caráter político em que os primeiros militantes emergiram (TREVISAN, 2004, p. 369).

As transformações pelas quais o país passava exigiram um novo perfil dos grupos de defesa aos direitos das “minorias”. As Organizações não governamentais (ONGs) tornam-se parceiras do Estado, se identificam como instituições sem fins lucrativos e com o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas públicas em favor daquele/as socialmente menos favorecidos. “A política é referida principalmente por meio da atuação institucional segundo objetivos bem definidos” (SIMÕES; FACCHINI, 2007, p. 125). Deste modo, cresce a busca por legitimidade identitária através das instâncias jurídicas, sem “nenhuma” preocupação com transformações radicais na sociedade.

No decorrer da década de 90 várias outras organizações surgiram, algumas formadas por dissidentes do próprio SOMOS, mas, geralmente, com caráter mais pragmático, pois entendiam que a “identidade homossexual” já havia sido construída nos grupos anteriores e, neste momento, deveriam lutar pela institucionalização dos direitos no âmbito jurídico. Assim sendo, em 1995, foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), que tem o objetivo de coordenar as ações afirmativas juntamente com grupos homossexuais a ela filiados.

Apesar das diversas reivindicações da ABGLT, bem como, das ONGs em defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil e da luta pela “livre expressão da sexualidade”, apenas em meados dos anos 90 foram surgindo às primeiras leis em benefício dos homossexuais.

Em 1999 foi lançado o Projeto Somos com o objetivo de proporcionar capacitação em matéria de promoção da cidadania de homens gays e outros e de prevenção das DST/HIV/AIDS para as ONGs. Em 1997, o movimento dá um alto passo e realiza em São Paulo uma passeata com a presença de aproximadamente duas mil pessoas, iniciando assim a organização da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros no Brasil. A partir desta, a ideia foi assimilada e colocada em prática pela maioria dos grupos existentes em todo o país. Atualmente a Parada da Diversidade Sexual representa a maior mobilização desenvolvida pelo Movimento Homossexual no Brasil em busca de identidade.

3. Algumas considerações

Decerto, desenvolver qualquer estudo acerca das homossexualidades é uma tarefa bastante complexa, tanto em virtude dos “tabus” relacionados à temática como da extensa quantidade de pesquisas que se ocupam em discutir uma multiplicidade de

questões, geralmente desenvolvidas a partir de grandes dissensos, decorrentes do caráter político-estratégico nelas implícitos. Assim sendo, nossa proposta de compreender a formação do movimento homossexual no Brasil e suas políticas identitárias não ambicionou resgatar todos os fatos que caracterizam a questão, senão analisar de que modo, entre outras estratégias apropriadas segundo condições históricas dadas, o apelo à enunciação pública das identidades homoeróticas circunscritas em torno do “paradigma do armário” adquiriu forte centralidade enquanto discurso e prática políticas utilizadas para a consolidação do movimento e para a constituição de uma “lógica libertária” (SPARGO, 2006) no campo da subjetividade.

Como ficou evidente através da reconstrução histórica aqui encetada, o movimento homossexual no Brasil, ao longo do processo de sua formação e consolidação, mobilizou recursos segundo condições históricas e cognitivas específicas. Com relação às condições históricas, podem ser destacados aspectos relacionados ao processo de modernização, industrialização e urbanização, que permitiu tanto o incremento da divisão social do trabalho e da diferenciação, como do processo de estigmatização e higienização de categorias sexuais tidas como discrepantes do modelo hegemônico embasado na heteronormatividade. Com relação às condições cognitivas, estas devem ser vistas como intimamente amalgamadas às primeiras, embora a elas não se reduzam.

Por um lado, as condições históricas da formação social brasileira forneceram o quadro institucional a partir do qual o horizonte de referências cognitivas do movimento homossexual teve que ancorar suas demandas por reconhecimento. Por outro lado, essas condições cognitivas devem ser vistas como decorrentes de um relativo espaço de autonomia que denota as condições do aparelhamento teórico-discursivo e prático do movimento, bem como as suas escolhas e estratégias identitárias. Visto desse modo, compreende-se o processo de “guetificação voluntária” de integrantes do movimento homossexual em seu momento embrionário, num contexto de repressão política e de escassez de concepções mais arrojadas, como uma tentativa de fundar espaços de sociabilidade centrados numa “política de amizade” e não numa politização da sexualidade. Não se avalia aqui esse momento como um momento inferior da luta, mas como uma forma historicamente necessária de sua constituição.

Com efeito, a politização do debate emergiu historicamente num momento de fortalecimento da esfera pública no Brasil, que contribuiu para ampliar o alcance dos meios de comunicação de massa e a visibilidade de subculturas homossexuais locais, ao

lado de dinâmicas relativas à transnacionalização da questão envolvendo as políticas identitárias de minorias sexuais. Nesse contexto, o debate se amplia com o retorno de inúmeras lideranças intelectuais exiladas pelo regime militar, após o início da abertura política a partir de meados dos anos 1970. Compreende-se também, nesse caso, que o “paradigma do armário” tenha surgido como resposta à necessidade histórica de politizar a esfera privada, criando mecanismos para a canalização institucional de demandas que enunciassem o lugar a partir do qual os sujeitos pudessem expressar suas posições, num confronto histórico que forçosamente teve que reproduzir a estrutura binária e o exclusivismo identitário.

Evidenciou-se também, na reconstrução histórica e na análise aqui desenvolvidas, que o processo de crítica à essencialização identitária emergiu, ainda que de modo parcial e fragmentário, do interior do próprio movimento homossexual brasileiro. A pluralização de projetos político-identitários forjou-se, embora não exclusivamente, no contexto histórico contingente de emergência da Aids, que contribuiu para transformar algumas das estratégias marcadas pelo confronto em estratégias de cooperação entre o movimento, as Organizações Não-Governamentais, o Estado e outras categorias sexuais, como os transgêneros, que passaram a reivindicar uma identidade própria. Antes de contribuir para fechar o quadro de referências das políticas identitárias, essas especificações identitárias forçaram a ampliação e a expansão das concepções, levando à politização de gênero, se não mesmo à erosão das próprias fronteiras da identidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a adoção, por nós, de uma concepção não-essencialista, fixa e naturalizante de sujeito e identidade (HALL, 2000, 2005) não se deu de modo arbitrário, nem se sobrepôs a algumas das dinâmicas empíricas do próprio movimento. Entendemos que a denegação e a marginalização social das homossexualidades foram historicamente construídas a partir da ideia de que as práticas heterossexuais estão restritas à maioria normalizada e as homossexuais aos “outros”. Uma concepção não-essencialista de identidade sexual opera a partir da necessidade de colocar a experiência sexual (e afetiva) de todos os indivíduos no território do problemático, e, portanto, no espaço da resistência sociocultural, política e ideológica.

Segundo Foucault (1988), tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade não fazem parte de uma suposta “essência” humana, mas são historicamente construídas a partir do dispositivo da sexualidade, por meio do qual a

primeira indica a “ordem” e a “normalidade” enquanto a segunda representa os “males” e os “riscos” para o “desenvolvimento” e o “bem-estar” da sociedade e dos sujeitos.

Mesmo sendo a homoafetividade prática e discursivamente negada, oprimida e marginalizada, dela depende a heteronormatividade para demarcar o lugar “legítimo” da ordem sexual. A concepção não-essencialista ou não determinista de sexualidade tanto retira da margem a homoafetividade, depurando-a de sua estranheza socialmente construída, como extrai da heteronormatividade o seu caráter de dependência instrumental da primeira, inserindo ambas simultaneamente no campo da normalidade e do problemático. A simultaneidade entre a normalidade e a problematicidade não descreve, em absoluto, um processo esquizofrênico de atribuição. Normalidade aqui pressupõe o tratamento igualitário dos projetos de identificação e subjetivação sexual, enquanto a dimensão problematizadora pressupõe a existência de um campo tenso, não harmônico, não acabado, da sexualidade, seja ela homoafetiva ou heteronormativa.

4. Referências

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT Disponível em: <<http://www.abgl.org.br/port/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006. 251 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 240 p. Tradução de Renato Aguiar.

COLLING, Leandro. **Teoria Queer (Dicionário – verbetes),** 2007.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal o SNOB.** 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Política e Bens Culturais, Departamento de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

ERIBON, Didier. **Reflexões Sobre a Questão Gay.** Rio de Janeiro: Editora José Nazar, 2008. 445 p. Tradução de Procopio Abreu.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de letrinhas"?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo.** 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2002.

FIGARI, Carlos. **@s Outr@s Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2007. 588 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 155 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** 2. ed. São Paulo: Editora

Brasiliense, 1985. 125 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003. 143 p.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora Unesp, 2000. 537 p. Tradução de Cristina Fino, Cássio Arantes Leite.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Dp&a, 2005. 102 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. Cap. 3, p. 103-131. Tomaz Tadeu da Silva (org).

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. **Cronos:** (Pedro Leopoldo), Pedro Leopoldo/MG, n. 3, p.21-30, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-Homossexual-Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 9, n. 2, p.541-553, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura".** Campinas/SP: Editora Campinas: Unicamp, 1990. 321 p. (Coleção Momento).

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p.150-182, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. **O que é Contracultura.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Editora Cortez, 2008. 144 p. (Preconceitos v. 5).

SAINDO do Gueto **Jornal Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1978. p.1.

SEDWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 3, n. 28, p.19-54, 2007. Tradução de Plínio Dentzien. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2008.

SIMÕES, Júlio Assim; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p.1137-1157, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2010.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer.** Rio de Janeiro: UFJF, 2006. 69 p. (Coleção Encontros pós-modernos). Tradução de Vladimir Freire.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 586 p.